

# ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PANDEMIA: PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS DA PROAES-UFPE

Marnie de Albuquerque Cordeiro  
Secretaria de Educação de Pernambuco  
[marniecordeiro@hotmail.com](mailto:marniecordeiro@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Nesse texto apresentamos recortes de uma pesquisa de mestrado em educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), contemplando a Política de Assistência Estudantil (doravante, PAE) no bojo da pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

O processo de democratização do acesso para as camadas populares no ensino superior, se deu por meio de um conjunto de políticas afirmativas<sup>1</sup>, que possibilitaram a construção de trajetórias educacionais, impulsionando a permanência de estudantes nas universidades. Mesmo com o Ensino Superior (doravante, ES) alcançando as camadas mais populares, possibilitando acesso aos estudantes que estão fora das classes sociais mais privilegiadas, esse ensino não é considerado ES de massa, se configurando, ainda, como ES de elite. Essa discussão é apresentada no trabalho de Gomes e Moraes (2012), no qual os autores analisam a expansão do ES, com o propósito de esclarecer a transformação de um ES de elite para um sistema de massa no Brasil.

Com o intuito de interferir nessa realidade tão adversa dos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o governo federal criou, em 2008 o Programa Nacional de Assistência Estudantil (doravante, PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010 da Presidência da República, cujo objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidade entre todos os estudantes e contribuir para melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Brasil, 2010).

Considerando os desafios que envolvem o PNAES e além da problemática da diminuição dos recursos advindos do MEC para esse Programa, o que provocou um

---

<sup>1</sup> Políticas afirmativas são, aqui, entendidas como as políticas públicas direcionadas aos grupos que, historicamente, sofrem discriminações.

freio nas ações para a Assistência Estudantil (doravante, AE) nas universidades, no ano de 2020, o Brasil e o mundo sofreram com a pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2), que repercutiu sobre a dinâmica social, política e econômica de forma nunca vista.

Com o isolamento social, instaurado pela pandemia, os estudantes de todos os segmentos da educação sofreram duras consequências, pois o isolamento social impôs novas condições para o desenvolvimento do processo pedagógico. Entendemos que a situação adversa instaurada pela pandemia ampliou a necessidade de fortalecer a política de AE. Sendo assim, temos como questão de pesquisa: como a UFPE estruturou, organizou e mobilizou as políticas de AE para garantir a permanência dos alunos nas atividades universitárias, durante a pandemia da Covid-19?

Com base numa abordagem qualitativa, a metodologia envolveu coleta de dados a partir de entrevistas e análise documental, considerando as políticas de AE na UFPE, no contexto da pandemia da Covid-19, assim como, a análise de dados realizada à luz da Análise de Conteúdo (Bardin,2016). Os atores envolvidos nesta pesquisa foram os gestores da UFPE, sendo estes o pró-reitor e/ou diretores responsáveis pela AE, assim como seus respectivos adjuntos, perfazendo um total de 4 (quatro) entrevistados.

### **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E PANDEMIA: DESAFIOS DA UFPE**

Sendo a universidade uma instituição social de ensino, que confere oportunidades de formação em várias áreas do saber, cabe a ela ser acessível a todos, sem distinção social, racial ou quaisquer outras. Porém, em seu percurso histórico, a universidade sempre foi privilégio de uma minoria favorecida pela elite brasileira. No Brasil, a expansão do ensino superior se deu em números significativos para as instituições privadas e foi amparada em diferentes interesses políticos e sociais. Já educação superior pública era escanteada diante do avanço da educação superior privada.

Os estudos de Palavezzini (2014) apontam que na década de 1990, os investimentos do Estado, no campo da educação superior pública se tornaram cada vez menores e, como consequência, houve a expansão da educação superior privada, a mercantilização da educação e a formação cada vez mais voltada para o mercado de trabalho.

Durante a primeira gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), houve uma preocupação em fortalecer o ES público, através da expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (doravante, IFES) para o interior dos estados federais, abrindo o crescimento das instituições privadas no âmbito nacional, expandindo o acesso da população menos favorecida, orquestrado pelos programas e projetos de implementação de políticas de inclusão social, sendo uma dessas ações a execução do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras - REUNI, que traz como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior (Brasil, 2007).

Ao empreendermos esforços teóricos objetivando a produção de conhecimentos acerca das questões de natureza política e educacional, no contexto atual da educação superior no Brasil, encontramos o PNAES como parte das ações das políticas de AE, que se alinham aos princípios constituintes nas políticas públicas para o nosso país, para garantir o acesso e a permanência dos jovens, matriculados nas IFES, que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica. Esse programa nasce de através das lutas sociais de alunos, docentes, gestores e Estado, sendo reconduzido a dar vez para essa população.

Os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio são os indicados para participar do programa de assistência estudantil, por meio do PNAES, mas quem definirá o público-alvo para o atendimento será cada IFES, criando seus critérios e instituindo a demanda de prioridades, assim como os requisitos de percepção na prestação da assistência, de acordo com o perfil dos alunos em vulnerabilidade social.

Com a instituição do PNAES, as IFES estruturaram a AE em suas unidades, a partir das determinações estabelecidas pelo Decreto.

Na organização da UFPE, esta institui uma unidade gestora exclusiva para a promoção e apoio aos estudantes, matriculados em cursos presenciais de graduação que estão em vulnerabilidade socioeconômica: a PROAES, ficando responsável por executar a PAE da UFPE. Dessa forma, todas as ações de AE antes realizadas por essa instituição nos diversos setores, ficam concentradas nessa pró-reitoria. Constitui-se num setor voltado para os assuntos estudantis, com ações multidisciplinares nos eixos temáticos

estabelecidos pelo PNAES, que tem a sua atuação nas políticas de cuidado e atenção aos estudantes, contribuindo para a permanência e o sucesso deles durante a sua formação.

Observamos a dinâmica da AE nesta universidade por meio da publicação dos editais de AE. No recorte histórico da nossa investigação (2013 a 2022), identificamos que houve, no mínimo, a publicação de quatro editais por ano, sendo dois em cada semestre, um para assistência estudantil e outro para moradia estudantil.

Os Editais preconizam repasse de recursos financeiros mensais, assim como, dá direito ao estudante residir em uma das Casas de Estudantes Universitárias (CEUs) da UFPE ou a receber Auxílio Moradia.

Outros editais agregam a PAE da UFPE, sendo eles: editais para o Projeto Colaborador Pedagógico, selecionando tutor e tutorado, e para a Inclusão Digital (específico do período da pandemia da Covid-19), assim como outras comunicações da PROAES.

A pandemia da Covid-19 acarretou muitas mudanças para todas as áreas da AE da PROAES. Nesse contexto, foi necessário a construção de ações e estratégias, com o objetivo de não interromper o atendimento aos estudantes e de garantir que eles continuassem na universidade.

Em síntese, dentre as ações reestruturadas e renovadas pela PROAES da UFPE, durante o período pandêmico, encontram-se: reorganização da oferta de alimentos aos estudantes; condução de estudantes às suas residências; ampliação no número de estudantes assistidos; redimensionamento das bolsas e auxílios da PAE; lançamento do Programa de Inclusão Digital, por meio da oferta de equipamentos eletrônicos, chips para acesso à internet e auxílio para custear a compra de computadores e tablets. Porém, a oferta dessas ações esbarra nos gargalos financeiros definidos pelos recursos do governo federal através do PNAES.

## **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, percebemos que a AE na UFPE vem alcançando um número maior de estudantes e que, entre avanços, retrocessos e entraves, a PROAES constitui um importante articulador nas ações para o progresso da AE na UFPE, ao executar o PNAES, que é um estimulador da permanência com equidade, na formação inicial de

uma população que carece de políticas afirmativas, principalmente em contextos adversos, como o que vivenciamos durante a pandemia da Covid-19.

## **REFERÊNCIAS:**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010**. *Diário Oficial da União*, 20 jul. 2010.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Numes de. **Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa**. *Educação & Sociedade*, v. 33, p. 171-190, 2012.

PALAVEZZINI, Juliana; NOGUEIRA, Francis Mary Mary Guimarães. **Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR - Dois Vizinhos**. *SERV. SOC. REV.*, LONDRINA, V. 17, N.1, P. 05-26, JUL./DEZ. 2014.